

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
PROAD 5295/2022

Data e horário: 3 de fev. de 2025 11:00 BRT

Local: Telepresencial, via Google Meet



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PARTICIPANTES			
Portarias GP.TRT4 nº 3.791/2022 e nº 6.801/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Dr. João Paulo Lucena	Desembargador do Trabalho, Coordenador do Comitê	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Cleusa Regina Halfen	Desembargadora do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dr. Marçal Henri dos Santos Figueiredo	Desembargador do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dra. Neusa Líbera Lodi	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Raquel Nenê Santos	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Luísa Rumi Steinbruch	Juíza do Trabalho, pela AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Luiz Antonio Colussi	Juiz do Trabalho, Vice-Diretor/Foro de Porto Alegre	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Diogo de Seixas Grimberg	Secretário-Geral da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. João Luiz Peixoto da Silva	Diretor da Secretaria de Segurança Institucional	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sr. Marcelo Della Pace Dornelles (suplente)	Diretor-Substituto da Secretaria de Segurança Institucional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Segurança Institucional

Secretário: João Alberto Prestes Baptista, Técnico Judiciário.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PAUTA

Assunto 1, Apresentação da proposta de minuta de regulamentação para disponibilização de arma institucional aos magistrados;

Assunto 2, Apresentação de informações atualizadas sobre a identidade funcional dos magistrados;

Assunto 3, Apresentação de documento com sugestões para provimento de cargos para Agente da Polícia Judicial;

Assuntos gerais.

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A primeira reunião do ano iniciou às 11 horas do dia 03 de fevereiro de 2025 e foi aberta e conduzida pelo **Desembargador Lucena**, que, após cumprimentar a todos(as), esclareceu ser esta uma reunião objetiva para ciência dos assuntos apresentados pelo servidor Dornelles, com a posterior distribuição do material a todos os membros do Comitê para que, mesmo os que não estiveram presentes, tivessem acesso e os analisassem, para aprofundamento na próxima reunião; passa, a seguir, a palavra ao servidor Dornelles. Acerca do **Assunto 1**, o **servidor Dornelles** apresentou uma proposta de minuta para disponibilização de arma de fogo aos magistrados através de portaria, elaborada a partir do ponto de vista técnico, para que os demais membros façam os apontamentos do ponto de vista político e institucional, e mencionou os principais itens da proposta. O **Juiz Colussi** e o **Desembargador Lucena** pediram que fosse encaminhada a proposta de minuta aos integrantes para referendo na próxima reunião. O **servidor Diogo** questionou se foi aproveitada a portaria de outro tribunal ou foi elaborada originalmente pela própria Secretaria de Segurança, ao que o **servidor Dornelles** respondeu que foi elaborada pelo Diretor Titular, João Peixoto, e



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

esclareceu que a revisou e que, do ponto de vista técnico, ela está adequada e declarou não ter ciência se outras instituições têm essas portarias, mas propôs verificar se outros tribunais já a implementaram. O **Desembargador Lucena** disse que é importante avaliar se outros tribunais têm regulamentação a respeito, para dispor dessa informação quando da apresentação da proposta de minuta à Presidência. O **Desembargador Lucena** informou que o servidor Dornelles encaminhará o link da proposta de minuta a todos, para análise. O **servidor Dornelles**, abordando o **Assunto 2** da pauta, atualização sobre identidade funcional dos magistrados, apresentou seu pedido de atualização de informações enviado, em janeiro de 2025, via e-mail, à Secretaria de Apoio aos Magistrados (SEAMA) sobre a demanda de emissão de novas identidades funcionais dos magistrados, nos termos da Resolução CNJ nº 315/2020 e a resposta recebida foi de que ainda estão em busca de solução para a emissão das carteiras funcionais, informando que o sistema atual não contempla funcionalidade para a referida emissão; que o TRT3 abriu protocolo a respeito e foi informado que o CNJ não autorizou a criação das carteiras digitais se não for utilizado o banco nacional de magistrados, que ainda não foi criado por falta de mão de obra; que se fez contato com o TRT12, que relatou êxito de sua Secretaria de Segurança Institucional na contratação de empresa para emissão de versão impressa das carteiras de identidade funcional dos magistrados, atendendo aos requisitos estabelecidos. Relatou que a SEAMA pretende estabelecer contato e adotar projeto semelhante ao do TRT12 para disponibilização das carteiras aos magistrados. O **Desembargador Lucena** relatou que este foi um dos temas tratados na última reunião dos gestores dos comitês de segurança e que a dificuldade na emissão destas carteiras estava no atendimento aos requisitos de segurança da versão digital, para que não sejam reproduzidas de forma insegura; que não é qualquer fornecedor que dispõe deste tipo de material, havendo apenas um fornecedor no país que atendia os requisitos do CNJ. Em relação ao **Assunto 3**, o **servidor Dornelles** passou à apresentação de sugestões para provimento de cargos para Agentes da Polícia Judicial. Trouxe, à consideração do Comitê, a situação atual da defasagem do quadro de agentes e as implicações, a curto e médio prazo, na



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

segurança da instituição, propondo a reposição através da realização de concurso público ou outros meios imediatos. Discorreu sobre a situação atual e sobre o histórico recente dos cargos ocupados: de que dispomos de 187 cargos de Agentes da Polícia Judicial em todo o estado do RS, mas, atualmente, 49 cargos estão vagos; que 19 servidores estão exercendo atividades em outras funções que não configuram desvio de função; e que, desde 2015, o último ano em que todos os cargos estavam ocupados, não houve mais reposição e que os últimos 4 agentes que assumiram foi do aproveitamento de aprovados no concurso do TRF4; mencionou o envelhecimento dos profissionais que atuam, e o aumento do absenteísmo em função da idade, uma vez que se tornam mais suscetíveis às doenças; ao mesmo tempo, têm-se exigido mais física e psicologicamente destes profissionais, com exigência de treinamentos mais fortes. Reapresentou o quadro de idade média dos agentes, trazido na última reunião pelo Diretor Peixoto, e sua projeção para cinco anos; relatou também o número de agentes em abono-permanência (30 servidores) que podem se aposentar a qualquer momento, e teceu comentários a respeito da política da Polícia Judicial no contexto nacional, onde há vários projetos de lei em andamento, sendo um deles o de incorporação da GAS aos proventos da aposentadoria, que, se for aprovado, fará com que muitos agentes optem pela aposentadoria. Relatou o número de agentes em atividade (116 servidores), e a estimativa do número de aposentados nos próximos 5 anos; e, ainda que o efetivo de segurança possa ser composto por serviços terceirizados, isso só resolve parte do problema porque as demandas de maior complexidade são de atribuição exclusiva do cargo de Agente da Polícia Judicial, como gestão operacional, atividades de inteligência, a interação com as instituições de segurança pública, o policiamento ostensivo, a proteção de magistrados em situação de risco, entre outras atividades; relatou as dificuldades enfrentadas na atuação das nossas unidades, como na Divisão de Transportes, em que já está se contingenciando o atendimento pela falta de motoristas, e a dificuldade da Divisão de Polícia Judicial em cobrir todos os postos, em todos os horários, no Prédio-Sede e no Foro de Porto Alegre; lembrou a situação trazida pela Juíza Luisa em reunião anterior, da falta de visibilidade do pessoal em ronda



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

pela falta de efetivo; que está priorizando o atendimento por demanda, prejudicando a ronda e o segurança preventiva; nas atividades de maior risco, quando há necessidade de ação de efetivo armado e com treinamento especializado, como em audiências de risco ou proteção de magistrados, tem-se que deslocar agentes treinados e que fazem parte do NEPE de outras unidades, e essas ficam desabastecidas de seus efetivos nestes momentos. Comentou que, na realidade de hoje, há carências de agentes no dia-a-dia tanto nas unidades judiciárias da região metropolitana quanto no interior do estado do RS; que há várias demandas não atendidas das unidades judiciárias para reposição aos agentes que se aposentaram, como o já relatado pela Juíza Raquel, mas o Tribunal não tem dado retorno positivo a essas unidades pela absoluta falta de profissionais. Relatou que a percepção é que, a médio prazo, a situação tende a se agravar mais, pois não haverá agentes para atender as demandas do Tribunal. Informou que a proposta é sugerir a abertura de novo concurso específico para o cargo de Agente da Polícia Judicial e que seja previsto uma proporcionalidade para a provisão de cargos na razão de 2 Agentes para cada 10 provimentos de cargos em geral, até que sejam providos 50% dos cargos vagos, (um total de 25 agentes), e, passado esse momento, pode ser reduzido para 1 Agente para cada 10 provimentos de cargos em geral até o preenchimento das vagas previstas no quadro de pessoal do Tribunal. Mencionou que outra forma, paliativa por depender de outras instituições, seria o provimento de cargos por aproveitamento de concursos homologados e dentro da validade de outros tribunais, sendo que entende que o do TRF4 estará em vigor até o final do primeiro semestre de 2025 e demoraria dois meses para a movimentação acontecer, pela trâmites administrativos. Repassou a palavra aos demais participantes para avaliação, e para eventual necessidade de complementação. O **Desembargador Lucena** assumiu a palavra e questionou sobre o nível de instrução para o cargo de agente e quantos estão lotados na Divisão de Transportes, para saber, caso esta fosse terceirizada, quantos cargos seriam agregados para a atividade-fim. O **servidor Dornelles** informou que o cargo de Agente da Polícia Judicial prevê nível superior e tem uma etapa de teste de aptidão física, e estima que a Divisão de Transportes



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

tenha cerca de 18 agentes, a confirmar. O **Desembargador Lucena** comentou sobre a importância da questão, que tem sido debatida em quase todas as reuniões, ainda que de forma lateral, e solicitou ao servidor Diogo um agendamento de visita específica à Presidência, ainda nesta semana, para levar a proposta à Administração do TRT. Cedeu a palavra aos demais membros, comentando que a situação já é conhecida, e um reforço da solicitação pelo Comitê à Presidência seria importante, para salientar a perspectiva futura da questão. A **Juíza Neusa** comentou que, no último contato com a Presidência acerca da situação do Foro de Santa Rosa, que foi discutida na última reunião do Comitê, o assunto do concurso específico ou aproveitamento de outros concursos já foi abordado, ao que a **Juíza Raquel** informou que recebeu retorno da Presidência, informando de que a Secretaria-Geral do CSJT respondeu à solicitação de autorização para provimento do cargo de Agente dizendo que tem ciência da defasagem de servidores e que não há previsão de novos repasses de autorização de provimento de cargo de servidores. O **Juiz Colussi** disse que tem que se aprovar já o pedido diante do cenário negativo trazido pela Juíza Raquel, e levar à Administração a percepção da situação crítica da nossa segurança. O **Desembargador Lucena**, acionando o servidor Diogo para agendar a visita, informou que pretende entregar pessoalmente o documento apresentado pelo servidor Dornelles ainda esta semana à Presidência para ciência do quadro geral da carência de servidores da segurança, para deliberação do caminho que entender adequado. O **servidor Diogo** informou acerca da agenda do Presidente; solicitou que fosse consolidado o documento apresentado e que fosse aberto um expediente administrativo para que os dados fossem arrolados a fim de que a Presidência tenha subsídios para avaliar o quadro geral, para não ficar na questão pontual de Santa Rosa, com o atendimento das alternativas que forem trazidas e que puderem ser acolhidas; relatou que a Administração tem ciência do déficit de servidores na área de segurança e que é importante a atualização destes dados; que haja formalização por meio de um expediente administrativo que irá tramitar nas instâncias administrativas do Tribunal que têm as informações, para que haja um retorno positivo à demanda, na medida do que for



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

possível; e que pode se entregar em mãos este documento que inaugura esse expediente administrativo. O **Desembargador Lucena** reforçou o pedido ao servidor Diogo para o agendamento com o Presidente e, mesmo se não for possível, solicitou ao servidor Dornelles o protocolo do documento e abertura do expediente formal, e convidou outros membros para a visita à Presidência, quando ocorrer. Solicitou o "de acordo" aos demais participantes e todos concordaram. O **Desembargador Lucena** passou a palavra ao **servidor Dornelles** para os assuntos gerais, e ele reportou que foi realizada a gravação na semana passada, com o Juiz Colussi, do vídeo institucional proposto pelo Comitê sobre as câmeras de segurança instaladas nas salas de audiências; que a SECOM vai finalizar a produção do vídeo e ele irá apresentá-lo ao Comitê; questionou sobre a forma de divulgação. A **Juíza Raquel** relatou que muitos colegas não participam de grupos de whatsapp e solicitou que seja encaminhado pelo e-mail institucional. O **Juiz Colussi** comentou sobre o nível de excelência da produção do vídeo e que ficou satisfeito com o resultado da gravação. A **Juíza Raquel** solicitou informações sobre mostra fotográfica sobre autismo, já realizada pelo Tribunal, com a intenção de levá-la para Santo Ângelo, em abril, e o **Desembargador Lucena** e o **servidor Diogo** responderam à questão com informações úteis para atender a solicitação. A **Juíza Neusa** perguntou à Juíza Raquel sobre a situação do imóvel de Santa Rosa e a **Juíza Raquel** trouxe informações atualizando a situação, e relatando seus contatos políticos para a tentativa de solução; comenta que os aluguéis em Santa Rosa são elevados, o que inviabiliza a opção e que a construção própria levaria cerca de 3 anos. Os demais participantes comentaram a questão. O **Desembargador Lucena** agradeceu a presença de todos, informou que o servidor Dornelles encaminhará aos participantes os documentos objeto da reunião para leitura e que já ficou aprovado, nesta reunião, o documento sobre a situação dos Agentes da Polícia Judicial ou para entrega direta ao presidente, se for possível a agenda, ou para início do procedimento formal sem prejuízo de uma visita posterior. O **Desembargador Lucena** encerrou a reunião às 11h49min.



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Verificar se outros tribunais dispõem de portarias que regulamentam a disponibilização de armas de fogo aos magistrados.	Secretaria de Segurança Institucional	Até a próxima reunião	
Atualizar as informações acerca da emissão das carteiras funcionais de magistrados.	Secretaria de Segurança Institucional	Até a próxima reunião	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.